



Desempenho ESG das empresas brasileiras: um aprimoramento contínuo

O estudo KPMG ESG Yearbook Brasil 2023 revelou um aumento de 35% na publicação de relatórios de sustentabilidade nos últimos cinco anos. O maior envolvimento das lideranças e a transparência dada aos resultados reforçam que a agenda ESG está cada vez mais presente nas estratégias das empresas

Por **Maria Eugenia Buosi**, sócia de ESG Financial Risk Management da KPMG no Brasil, **Bruno Youssif**, sócio-diretor de ESG Financial Risk Management da KPMG no Brasil.

KPMG Business Insights
104ª edição | Agosto de 2023





Maria Eugenia Buosi



Bruno Youssif

A administração dos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) em torno dos negócios tem recebido atenção crescente de reguladores, especialistas, analistas de riscos e, especialmente, investidores.

Observa-se um aumento no rigor das análises feitas pelo mercado financeiro e pelos consumidores finais em relação à forma como as empresas lidam com questões ESG e como comunicam isso, principalmente no caso de empresas de capital aberto no Brasil ou no exterior.

Essas são algumas constatações apresentadas na edição mais recente do **KPMG ESG Yearbook Brasil**. Realizado pela primeira vez em 2018, **o estudo avalia o desempenho em ESG das 200 maiores empresas listadas na bolsa de valores brasileira nos últimos cinco anos**.

A análise destaca os desafios e as oportunidades que se apresentam em 11 setores da economia: bancos e serviços financeiros; construção, shoppings e propriedades; consumo e alimentos; indústria e infraestrutura; papel e celulose; petróleo, petroquímicos e biocombustíveis; saúde e educação; siderurgia e mineração; Tecnologia da Informação (TI) e telecomunicações; serviços públicos; e varejo.

O levantamento é baseado na metodologia da plataforma **KPMG ESG Research** – desenvolvida pela Resultante ESG, uma empresa de consultoria especializada em finanças sustentáveis adquirida

pela KPMG no Brasil em outubro de 2022 – e consiste em analisar as práticas de gestão em ESG divulgadas pelas empresas, com o objetivo de fornecer uma visão organizada e detalhada aos investidores interessados nessa área, para sua avaliação e gestão de ativos. São consideradas apenas informações públicas, como relatórios de sustentabilidade, formulários de referência, documentos de governança e de relações com investidores, além de notícias publicadas na imprensa relacionadas aos temas analisados.

Durante cinco anos, a Resultante ESG trabalhou com 17 investidores que atribuíram diferentes pesos aos 15 temas da agenda ESG avaliados, os quais detalharemos adiante, refletindo suas prioridades na análise e gestão de ativos.

O estudo permitiu constatar, entre outros fatores, uma tendência positiva de melhoria nas práticas, na comunicação e na conscientização em relação aos critérios ESG. As empresas também foram avaliadas em três temas que estiveram em evidência nos últimos anos e foram amplamente debatidos nos âmbitos voluntário e regulatório: clima, diversidade e transparência. Além dos panoramas setorial e temático, o KPMG ESG Yearbook Brasil ainda traz *insights* sobre as tendências ESG para 2023: biodiversidade, *supply chain*, remuneração variável de executivos e tributos.



Entenda o estudo

A avaliação das informações públicas foi organizada em cinco temas para cada uma das três dimensões em ESG:

Ambiental:

1. Uso de recursos naturais (água, energia e insumos)
2. Gestão de resíduos e efluentes
3. Informações relacionadas ao impacto das mudanças climáticas
4. Preservação da biodiversidade e impactos ambientais
5. Histórico de incidentes ambientais.

Social:

1. Gestão de colaboradores
2. Relacionamento com clientes
3. Gestão de fornecedores
4. Relacionamento com comunidades locais
5. Histórico de sanções e incidentes no relacionamento com *stakeholders*.

Governança:

1. Integração dos fatores ESG à estratégia
2. Transparência e publicação de informações sobre ESG
3. Estrutura acionária e práticas de voto dos conselhos
4. Estrutura e atuação do conselho de administração
5. Práticas de conduta e combate à corrupção

Diferentes graus de maturidade e participação das lideranças

Ao longo dos cinco anos do estudo, o número de empresas analisadas aumentou significativamente, passando de 114 em 2018 para 190 em 2022. O aumento é justificado pela abertura de capital, pelo aumento da liquidez de algumas companhias ou por posições de gestores de investimento que solicitaram inclusões específicas em nossa plataforma.

A análise das empresas em dois blocos distintos, considerando ou não a inclusão ao longo dos anos de cobertura do ESG Research, trouxe observações importantes sobre a integração das práticas ESG. O *score* ESG médio das companhias apresentou uma taxa de crescimento anual composto (CAGR) de 0,96% em toda a cobertura (190 empresas), subindo para 2,12% ao considerar apenas as empresas analisadas desde o início do período.

A maioria das 114 organizações avaliadas desde o início das atividades do ESG Research já fazia parte do Ibovespa (índice da Bolsa de Valores brasileira, atual B3), do IBX-100 e do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que reúnem as empresas mais importantes e representativas do mercado brasileiro. É natural que, com um histórico mais longo no mercado de capitais e maior presença nos portfólios de investimento do Brasil, essas companhias enfrentem demandas mais rigorosas da sociedade e do mercado em relação à integração ESG.

O estudo também revelou um aumento de 35% na publicação de relatórios de sustentabilidade: entre as 114 empresas que participaram de



todo o período da análise, 71 publicavam esses relatórios em 2018; em 2022, o número saltou para 96.

Também é natural que existam diferentes graus de maturidade entre as empresas que abriram capital recentemente e aquelas que estão há mais tempo no mercado: enquanto as últimas já estão consolidadas em suas posições, as primeiras tendem a focar seus esforços na estruturação das agendas de relações com investidores, na formação e no fortalecimento do conselho de administração e na adaptação aos relatórios e às exigências regulatórias das companhias de capital aberto.

De modo geral, **podemos celebrar o fato de as empresas estarem demonstrado sensibilidade à pressão dos investidores e de outros *stakeholders*, que anseiam por melhores resultados em ESG.** O maior envolvimento das lideranças e a maior transparência sobre os resultados reforçam que essa agenda está cada vez mais presente nas práticas e estratégias das organizações brasileiras.

Setor de papel e celulose sobressai

Não pretendemos, neste artigo, reproduzir todos os *insights* e dados presentes na pesquisa; para isso, realmente sugerimos que o leitor consulte o estudo completo, porque ele é bastante rico e detalhado.



Para quem busca informações mais resumidas, também disponibilizamos um Sumário Executivo. Aqui, reunimos alguns destaques interessantes, que ajudam a ter uma ideia do todo.

Por exemplo: **o setor de papel e celulose se destaca ao apresentar o melhor *score* em ESG em todos os anos analisados.** Isso é especialmente compreensível quando se tem em perspectiva que a matéria-prima do setor é a vegetação arbórea, o que pressupõe plantio, manejo florestal e impactos sobre as comunidades em que as operações dessas empresas se concentram.

Já os serviços públicos apresentaram evolução significativa no quesito transparência, entre 2018 e 2022. Isso pode ser atribuído, entre outros fatores, à forte

regulação do segmento, que impõe requisitos de divulgação de relatórios socioambientais.

Setores como varejo e serviços financeiros apresentam lacunas em temas da agenda social que são considerados de maior importância pelos investidores, como gestão de profissionais e relacionamento com clientes.

No âmbito da governança, os setores de construção, saúde e educação têm deficiências na divulgação de suas iniciativas e resultados em ESG, o que dificulta a análise efetiva de suas práticas de gestão.

Apesar de ter apresentado a média mais baixa entre os *scores* em ESG, o setor de construção, shoppings e *properties* evoluiu nas práticas, espe-



cialmente no último ano. Entre 2021 e 2022, esse setor registrou o maior aumento relativo nos *scores* em comparação com todos os outros analisados – aumento de 17%.

Vale ressaltar que, em relação à análise da gestão de riscos e oportunidades relacionados à agenda climática, o estudo adota a metodologia da **Task Force on Climate Related Financial Disclosure** (TCFD) desde 2019, a qual possui quatro pilares: governança, integração à estratégia, gestão de risco e métricas e metas.

Nos quatro anos avaliados, houve uma evolução na comunicação sobre a agenda climática em todos os setores. No entanto, o estudo indica que ainda há espaço para melhorias.

Tax, transparência e ESG

Atualmente, as empresas no Brasil não são obrigadas a divulgar informações sobre o recolhimento de tributos. No entanto, algumas delas já incluem esses dados voluntariamente em seus relatórios de sustentabilidade, publicam suas políticas tributárias ou divulgam o total de tributos pagos. Essa transparência fiscal é um movimento positivo, demonstrando o compromisso efetivo do setor privado com a sociedade.

A conexão entre impostos (*tax*) e a agenda ESG ocorre em duas frentes principais: transparência fiscal e incentivos fiscais relacionados à sustentabilidade ambiental.

É importante lembrar que, apesar de muitas empresas terem iniciativas próprias de investimento social, a atuação do Estado, financiada pela arrecadação fiscal, alcança populações e regiões às quais as empresas não conseguem chegar. Assim, por meio da transparência fiscal, as companhias

atuam simultaneamente nos pilares de governança, ao demonstrar conformidade no pagamento de impostos, e social, pois os tributos serão utilizados em benefício de toda a população.

No pilar ambiental, a conexão ocorre por meio de incentivos fiscais voltados para a agenda verde e os objetivos de sustentabilidade. Esses incentivos podem ser direcionados às empresas, por meio de reduções tributárias concedidas para importação de equipamentos utilizados na produção de energias renováveis, por exemplo; ou aos consumidores finais, por meio de descontos em tributos. Há muitas maneiras de o Estado fazer isso de forma eficiente: no âmbito municipal, é possível conceder descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para imóveis ambientalmente eficientes; os governos estaduais, por sua vez, podem reduzir o valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para carros elétricos ou movidos a gás natural veicular.



tar a obrigatoriedade de divulgação dos dados fiscais para as organizações que negociam seus papéis em bolsa de valores. **Até lá, quem se antecipar e demonstrar transparência nessas informações construirá uma imagem positiva perante a sociedade, os investidores e o mercado.**

Tendências ESG para 2023

No Brasil, país com a maior biodiversidade do mundo, existem seis biomas terrestres, três grandes ecossistemas marinhos e dois *hotspots* (áreas ou regiões com uma concentração significativa de biodiversidade e que estão em risco de extinção).

Embora haja esforços por parte do governo e da sociedade civil na proteção e restauração da biodiversidade, há poucas informações disponíveis sobre as iniciativas e os investimentos necessários para cumprir as metas nacionais de biodiversidade assumidas pelo Brasil em acordos internacionais.

A perda de biodiversidade pode acarretar riscos físicos e de transição para empresas e instituições financeiras. No Brasil, os bancos estão expostos a ambos os riscos, com 46% do crédito corporativo concentrado em setores com alta ou muito alta dependência de serviços ecossistêmicos. Além disso, 7% do crédito é concedido a empresas envolvidas em controvérsias ambientais.

A legislação, os reguladores e o mercado estão pressionando os bancos e as empresas privadas a implementarem uma estrutura de gestão de riscos relacionados à perda, fragmentação e deterioração da biodiversidade. Nesse sentido, destaca-se uma iniciativa internacional, a versão beta da Estrutura de Gestão de Riscos Relacionados à Natureza, lançada pela **Taskforce on Nature-related Financial Disclosures** (TNFD) para consulta de mercado. Essa ferramenta objetiva promover a padronização global dos relatórios de sustentabilidade, incentivando as empresas e instituições financeiras a relatarem suas dependências, impactos, riscos e oportunidades relacionados à natureza. O *framework* da TNFD, alinhado com as recomendações de divulgação de alto nível da TCFD, deve ser lançado e adotado pelo mercado no segundo semestre de 2023.

Para o Brasil, a iniciativa será especialmente relevante devido à vulnerabilidade dos biomas nacionais, como a Mata Atlântica, o Pampa, o Cerrado, a Caatinga e o Pantanal, que enfrentam altos índices de desmatamento e degradação.

Também há oportunidades relevantes no âmbito das cadeias de suprimentos (*supply chain*): quanto mais sustentáveis elas forem, mais significativa será a sua contribuição para que as empresas reduzam suas pegadas ambientais, melhorem a reputação e o valor da marca e fortaleçam os relacionamentos com clientes, fornecedores e outros *stakeholders*.



Para ser considerada sustentável, uma cadeia de suprimentos deve levar em conta os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas operações, buscando minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos que gera.

A promoção de práticas sustentáveis nas atividades da cadeia de suprimentos pode ocorrer por meio da aquisição de materiais e insumos rastreáveis em relação às suas práticas sustentáveis, adoção de transporte eficiente, com otimização de rotas e redução das emissões de gases de efeito estufa, incorporação de estratégias de destinação adequada e reutilização, alinhadas à agenda da economia circular, entre outras iniciativas.

Saindo do campo ambiental e indo para o social, é importante monitorar os direitos humanos, as práticas trabalhistas e as relações com a comunidade.

Ocorrências negativas na cadeia de suprimentos, como crimes ambientais, escândalos envolvendo *stakeholders* e casos de corrupção, causam prejuízos financeiros e danos à imagem das empresas. Compreender esses riscos possibilita a implementação de estratégias adequadas de mitigação, visando garantir a resiliência das operações.

Cada setor apresenta uma distribuição de riscos e impactos que se manifestam de diferentes maneiras. A adoção de uma política de gestão de riscos de

fornecedores, com processos bem estabelecidos e monitoramento rigoroso, aumenta a probabilidade de as empresas manterem uma cadeia de suprimentos mais estável.

Concluindo...

A integração ESG é frequentemente apresentada por especialistas como uma jornada, um processo que exige comprometimento e melhoria contínua das práticas e dos resultados em todas as áreas da empresa.

Para avançar nessa caminhada, é importante que as organizações considerem os fatores ESG de acordo com a materialidade de cada um deles para suas operações e seu nível de maturidade, levando em conta não apenas a sua estratégia, mas a relevância do tema para clientes, colaboradores, reguladores, investidores, sociedade civil e demais partes interessadas das organizações. Desse modo, será possível analisar mais consistentemente os riscos e oportunidades que as questões ESG podem trazer para o negócio no curto, médio e longo prazo.

As constatações presentes no **KPMG ESG Yearbook Brasil 2023** indicam que estamos no caminho certo. Ainda há muito a ser feito, claro; mas os avanços são consistentes e significativos.



<https://kpmg.com/br/pt/home/insights/2023/05/praticas-gestao-esg-empresas-capital-aberto.html>

